

**ETHNIC BOUNDARY MAKING. INSTITUTIONS, POWER,  
NETWORKS**  
[Andreas Wimmer, 2013, Nova Iorque, Oxford University Press]

*Nuno Oliveira*

Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), CIES-IUL, Lisboa, Portugal

Max Planck Institute for Religious and Ethnic Diversity, Goettingen, Alemanha

O livro *Ethnic Boundary Making* de Andreas Wimmer, possui a ambição das obras que marcam um campo científico e lhe definem as possibilidades futuras. Tamanho fôlego heurístico tem esta obra que já mereceu um simpósio na revista *Ethnic and Racial Studies*, com comentários, apreciações e críticas de alguns dos mais reconhecidos teóricos atuais que trabalham sobre identificações étnicas, tais como Rogers Brubaker, Richard Jenkins, Miri Song e Michèle Lamont.

Esta obra, que organiza num quadro analítico ambicioso muito do trabalho prévio do autor, propõe uma rutura, que poderíamos mesmo apelidar de paradigmática, com uma visão essencializada da etnicidade ou com o paradigma herderiano, como é designado por Wimmer. Segundo este, o “cânone herderiano” (p. 10) subsiste ainda em muitas das análises que acabam — tantas vezes inadvertidamente — por substantivar a etnicidade ou a nação, e isto apesar dos reptos sistemáticos contra a armadilha essencialista. Por outro lado, dicotomias como primordialismo *vs.* instrumentalismo devem ser igualmente questionadas porque não têm em conta a variabilidade da natureza das fronteiras étnicas, optando por explicações monocausais. O construtivismo de Wimmer assume que o senso comum que associa a etnicidade a comunidades integradas, com culturas perfeitamente delimitadas e categorias partilhadas de identidade, deve ser liminarmente rejeitado. Ao invés, a saliência (ou não) dessa possível delimitação não apenas deve ser investigada empiricamente como cotejada sistematicamente com variáveis estruturais.

Muito embora o seu construtivismo procure uma especificação analítica que vá para além do essencialismo, coloca, em paralelo, sérias reservas a um tipo de construtivismo que apelida de radical; ou seja, aquele que vê as identidades como estando em fluxo permanente, intercambiáveis num jogo pós-moderno de liquefação social, ou então como meros efeitos das políticas estatais e portanto sem aderência nas interações quotidianas. Um tal construtivismo radical não cuida, na realidade, de investigar o que torna tais identidades mais ou menos salientes, dado um conjunto de condições a serem especificadas.

É neste sentido que Wimmer apela para uma analítica das formas étnicas (Wacquant, 1997) para mostrar porque é que a etnicidade é ainda saliente em alguns contextos, e porque é que define linhas de desigualdade, enquanto noutros foi absolutamente secundarizada. Para Wimmer, mais comparações empíricas e ferramentas precisas são necessárias para evitar a queda no hiperconstrutivismo, bem assim como no seu antípoda herderiano, o essencialismo.

Para o fazer, propõe um modelo analítico composto por um conjunto de propostas teóricas, aparentemente díspares, mas que o autor integra, de forma sólida e abrangente, numa teoria geral das fronteiras étnicas, que combina a teoria dinâmica da etnicidade de Barth, a teoria dos campos de Bourdieu, o conceito de fronteira simbólica de Lamont e Mólnar, e o sentido subjetivo de *Zusammengehorigkeitsgefühl* [pertença partilhada] imbricado com o poder e o prestígio na aceção de Weber, articulação cujo fito último será superar a “absolutização da lente étnica”, na expressão de Glick-Shiller.

Pelo exposto já se terá percebido que a noção de fronteira assume uma dimensão analítica central. Contudo, ela assume uma conotação metafórica, contrariamente a Barth, para quem a fronteira era o resultado concreto de interações numa dada situação. Wimmer explica, contra os críticos que apontaram essa pecha (Jenkins, 2014) que o conceito de “fronteira” não possui qualquer dimensão ontológica; corresponde sim à “justaposição entre modos de classificação e modos de associação ou dissociação” (Wimmer, 2014). O que possui dimensão ontológica é o comportamento estratégico dos atores; ou seja, a construção das fronteiras resulta da procura de alinhamentos com determinados indivíduos e não outros, da promoção de certos tipos de classificação definidora de quem pertence ou não, com o intuito de ganhar reconhecimento, poder ou acesso a recursos, e que depende de um conjunto multicausal de fatores que importa investigar.

Neste sentido, a abordagem da construção de fronteiras (*boundary-making*) sustenta-se na procura de processos padronizados recorrentes, compostos por mecanismos gerais combinados com acontecimentos históricos únicos e conjunturas específicas de condições que produzem a realidade social. Consequentemente, pretende Wimmer, torna-se possível ambicionar uma teoria geral isolando os mecanismos gerais das contingências contextuais, chegando assim a uma tipologia do funcionamento das fronteiras étnicas e raciais. Essa tipologia é-nos desvelada através de um modelo configuracional que tem em conta a multicausalidade dos processos de construção de fronteiras. Um tal modelo toma como central a processualidade da construção da etnicidade, assim como a multiplicidade de fatores que contribuem para a sua saliência ou para o seu apagamento.

Primeiro, são explicitados três mecanismos que influenciam a dinâmica da construção de fronteiras étnicas: a distribuição do poder num dado campo social, o alcance de redes sociais existentes e o quadro institucional que fornece incentivos para o estabelecimento de determinadas fronteiras em detrimento de outras. Wimmer fornece variadíssimos exemplos, se bem que não tratados em grande detalhe, do funcionamento de tais mecanismos. A amplitude do seu conhecimento é claramente demonstrada pela capacidade de mobilizar casos de todas as partes do mundo, algo que acompanhará o leitor ao longo do livro.

Subsequentemente, Wimmer desenvolve os tipos de estratégias que os atores prosseguem para “fazer fronteiras” (*boundary making*) e como impõem a sua visão das divisões legítimas da sociedade numa linha enfaticamente bourdieusiana. Quatro tipos principais são equacionados: (1) redesenhar a fronteira expandindo ou limitando o tipo de pessoas que ela categoriza (*expansion/ contraction*); (2) reconfigurar a fronteira

desafiando a ordem hierárquica das categorias étnicas (*transvaluation*); (3) mudar a própria posição — individual ou coletiva — num sistema de fronteiras (*positional moves*); (4) ou enfatizando outras formas não étnicas de pertença, reduzindo a importância da etnicidade como princípio classificatório (*blurring*).

E como as estratégias dos atores se socorrem de meios, Wimmer elenca os principais: a utilização de categorias étnicas para descrever o mundo social (desde as conversas quotidianas às categorias censitárias); a marcação simbólica das fronteiras grupais com recurso a diacríticos culturais (modos de falar, vestuário, etc.); a discriminação dos *outsiders* privilegiando os membros de um grupo particular; a organização política apoiada na saliência de uma categoria étnica; e, finalmente, o uso de violência e terror contra os membros de uma categoria étnica. Segue-se que, integrando estratégias e meios, chegamos a um modelo analítico comportando as dimensões mais significativas da natureza das fronteiras: diferenças no nível de fechamento social, na saliência política, na diferenciação cultural e na estabilidade histórica.

Wimmer mantém a promessa feita inicialmente de não ceder nem ao campo herderiano, nem ao seu oposto, o construtivismo radical. Por isso, não recai naquele exagero teórico que tem por pecha confundir o coletivismo ontológico com o coletivismo metodológico — se o primeiro é necessariamente reificador, já o segundo é perfeitamente admissível porque é difícil negar que existam fenómenos que são coletivos e experimentados como tal. Neste sentido, Wimmer mostra como a etnicidade pode por vezes ser autoevidente e que essa autoevidência possui consequências práticas que assumem, neste caso, uma natureza etnicizada e grupal. Porém, e como o esforço se encontra concentrado na destruição da herança herderiana, é justamente a isso que o livro dedica os seus restantes capítulos. Embora estes não apliquem exatamente o esquema analítico sistemática e laboriosamente desenvolvido anteriormente, o próprio Wimmer concede que o que vem no seguimento é teoricamente menos ambicioso, embora empiricamente ancorado (p. 113). Esse facto retira alguma unidade ao livro, na medida em que subsequentemente nos são oferecidas reformulações de artigos anteriores de Wimmer sobre fechamento social ou homofilia racial.

Quanto ao primeiro — que entretanto se tornou um clássico —,<sup>1</sup> lembremos que o estudo incide sobre bairros nas principais cidades suíças com largas percentagens de imigrantes, entre eles uma significativa população de origem turca. A investigação mostra que não são os fatores étnicos que estabelecem as fronteiras entre as populações destes bairros, mas antes uma estrutura *insider/outsider* delineada de acordo com a temporalidade da permanência no bairro. A este propósito, note-se que, embora se faça referência ao facto de os dados utilizados terem sido recolhidos no final da década de 1990, nenhum outro momento do capítulo remete para o artigo em causa. Isso seria de somenos, caso não colocasse em causa o próprio esquema analítico. Com efeito, ao mencionar o facto de a recolha daqueles dados não refletir o crescimento da xenofobia populista após o 11 de Setembro e a

1 Wimmer (2004), cuja reformulação corresponde ao capítulo quinto do presente livro.

consequente singularização do Islão em toda a Europa, parece falsear o esquema configuracional elaborado anteriormente, onde fatores institucionais, diferenças de poder e recursos, diferenciação cultural e estruturação de redes possuíam implicações na saliência da etnicidade. Perguntamo-nos se a estrutura *insider/outsider* baseada em fatores não étnicos que Wimmer encontrou nos seus resultados não teria sofrido uma deslocação etnicizadora ou mesmo “racializadora” numa Suíça que referendou a proibição de minaretes como elementos poluidores da sua paisagem.

O capítulo seguinte apresenta outro trabalho coordenado por Wimmer — este mais recente — sobre homofilia étnico-racial medida com recurso a redes sociais estabelecidas através do Facebook (Wimmer e Lewis, 2010). A premissa por detrás do conceito de homofilia é que o “contacto entre pessoas semelhantes ocorre num grau superior do que entre pessoas diferentes” (McPherson, Smith-Lovin e Cook, 2001). No caso da homofilia racial, a semelhança coloca-se evidentemente na partilha da categoria racial ou étnica. Com este estudo, Wimmer demonstra que um conjunto de microprocessos sociais possuem maior capacidade estruturante das redes do que pertencem a classificações raciais autopercecionadas. É assim que mecanismos como propinquidade, socialidade, disponibilidade e homofilia cultural e económica mitigam o peso da homofilia racial. Wimmer, talvez porque se encontre no meio académico norte-americano, é cauteloso, ao dizer que não reivindica a demonstração do declínio da importância da raça (p. 172), e coloca várias ressalvas ao facto de a sua amostra ser constituída por alunos de Princeton, pertencendo estes a uma elite, integrados num ambiente que mobiliza institucionalmente uma política de mistura étnico-racial. Apesar destas cautelas, o estudo mostra que a homogeneização racial atribuída à homofilia, por muitas das investigações citadas por Wimmer e Lewis, é espúria. Quando desagregadas as categorias raciais censitárias nas quais usualmente estes estudos se baseiam, relevam-se outros princípios de homofilia. Se não tomarmos a importância da raça como um adquirido, podemos concluir que “através de lentes adequadamente desagregadas, a homofilia racial não representa o princípio primordial de formação de laços entre os americanos”. O argumento exposto envolve a noção de Blau (1977) segundo a qual “uma categoria contém vários níveis aninhados de diferenciação ‘concêntrica’ cuja homofilia decresce com os níveis de inclusão da distinção categorial”. Teremos então que desagregar a categoria racial tal como é usada pelos registos censitários em categorias inferiores, para perceber se os efeitos das categorias superiores são na realidade espúrios. Wimmer já tinha apontado anteriormente que a lógica das “categorias aninhadas” (*nested categories*) era uma das estratégias de desmontagem da armadilha herderiana: não tomar categorias por grupos culturais delimitados.

As conclusões a que Wimmer chega sobre outros mecanismos explicativos para a composição das redes afiguram-se perfeitamente aceitáveis; mais problemática é a generalização de uma tal leitura quando é o próprio autor a salientar que a investigação recaiu sobre um universo tão específico que está longe de replicar as condições sociais da sociedade americana, ou de qualquer outra sociedade tomada como um todo. Neste sentido, parece prematuro que apenas através de um estudo que incidiu sobre alunos de Princeton — uma elite mundial em formação, se alguma

vez houve uma — se possa chegar a conclusões tão genéricas. Quanto a este aspeto, a maior relevância recai sobre os estudos de segregação espacial que justificam a homofilia racial pelo encurtamento das redes sociais decorrente daquilo que Louri (2002) designou *vicious circles of cumulative causation*. Mas mesmo o estudo canónico de McPherson, Smith-Lovin e Cook (2001) aqui citado não faz depender a homofilia de uma vontade individual para o semelhante. Ao invés, mostra claramente que a homofilia racial e étnica é explicada pelos efeitos estruturais da dimensão da categoria e da diferenciação social em variáveis sociais tais como a educação, o rendimento, o lugar de residência, etc. (p. 422). Sendo certo que Wimmer controla estas variáveis, que espécie de variação se supõe encontrar num universo tão específico (e tão enviesado relativamente às categorias com que McPherson, Smith-Lovin e Cook fazem variar a homofilia) como os alunos caloiros de Princeton? O problema aqui é de ambiente institucional: as redes não são estratificadas segundo categorias exógenas. E mesmo que a investigação mostre que o estatuto socioeconómico é uma das “dimensões mais importantes de fechamento social”, o problema mantém-se: o ambiente institucional acaba por mitigar os fatores que sustentam a hierarquização racial no contexto norte-americano.

Finalmente, o último capítulo empírico testa a relação entre valores e determinados grupos étnicos, o que no modelo herderiano possui um cunho de necessidade, na medida em que a etnicidade é equacionada com uma cultura particular e com a partilha de um conjunto de valores. Cruzando a escala de valores de Schwartz utilizada na ESS (European Social Survey) com uma construção de grupo étnico da autoria de Wimmer e da sua equipa (notemos que não existe uma tal categorização na ESS), descobre-se que a variação em matéria de heterodoxia por relação ao grupo maioritário não é explicada pela pertença a um grupo étnico, mas que diferenças entre ser ateu ou religioso são mais significativas. Wimmer sublinha este resultado em particular porque ele sugere que não existe uma descontinuidade radical entre muçulmanos e maiorias nacionais, como tantas vezes o discurso político ou a opinião pública propalam.

A última parte do livro reafirma as estratégias anti-herderianas que Wimmer elaborou na introdução, ou seja, a superação das tradicionais categorias étnico-raciais através da abordagem das “categorias aninhadas”, e a substituição da delimitação cultural dos grupos própria do pensamento herderiano por uma análise das estratégias de fechamento social decorrentes de diferenciais de poder. Em termos metodológicos isto implica definir as unidades de análise em termos não étnicos (p. 206). O que equivale, nos estudos empíricos, a eleger como unidades de observação ou os campos sociais ou os indivíduos, em último recurso o grupo étnico, como construção analítica (caso da ESS). Em suma, o modelo teórico de Wimmer tem por premissa a abertura dos processos de formação grupais sem pressupor *a priori* a sua forma étnica. Não estando desacompanhado neste desiderato (veja-se para Portugal, Machado, 2002), o conceito de fronteira e o seu instrumental analítico trazem inegáveis vantagens operacionais.

### Referências bibliográficas

- Blau, Peter (1977), *Inequality and Heterogeneity. A Primitive Theory of Social Structure*, Nova Iorque, Free Press.
- Jenkins, Richard (2014), "Time to move beyond boundary making?", *Ethnic and Racial Studies*, 37 (5), 2014, pp. 809-813.
- Loury, Glenn C. (2002), *The Anatomy of Racial Inequality*, Harvard, Harvard University Press.
- Machado, F. L. (2002), *Contrastes e Continuidades. Migração, Etnicidade e Integração dos Guineenses em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.
- McPherson, M., L. Smith-Lovin, e J. M. Cook (2001), "Birds of a feather: homophily in social networks", *Annual Review of Sociology*, 27, pp. 415-444.
- Wacquant, Loïc (1997), "Towards an analytic of racial domination", *Political Power and Social Theory*, 11, pp. 221-234.
- Wimmer, Andreas (2004), "Does ethnicity matter? Social categories and personal networks in three Swiss immigrant neighborhoods", *Ethnic and Racial Studies*, 27 (1), pp. 1-36.
- Wimmer, A., e Kevin Lewis (2010), "Beyond and below racial homophily: ERG models of a friendship network documented on Facebook", *American Journal of Sociology*, 116 (2) (setembro), pp. 583-642.
- Wimmer, Andreas (2014), "Ethnic boundary making as strategic action: a reply to my critics", *Ethnic and Racial Studies*, 37 (5), pp. 834-842.

Nuno Oliveira (*corresponding author*). Investigador no Max Planck Institute for Religious and Ethnic Diversity e no CIES-IUL, Av das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa. E-mail: nuno.filipe.oliveira@iscte.pt